

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 01 de julho de 2019 às 07h40
Seleção de Notícias

IstoÉ Online | BR

Marco regulatório | Anvisa

Pacientes estão demandando uso medicinal da cannabis, dizem médicos 3

Jornal da Manhã Online - Uberaba | MG

30 de junho de 2019 | Direitos Autorais

Projeto que isenta hotéis do pagamento de direitos autorais está na pauta da CCT 6

Pacientes estão demandando uso medicinal da cannabis, dizem médicos



Substâncias

Pacientes com diversos diagnósticos que não estão obtendo avanços com tratamentos tradicionais se interessam, cada vez mais, pelo uso medicinal da maconha. Essa percepção é compartilhada por diversos médicos reunidos neste fim de semana, no Rio de Janeiro, para a segunda edição do Seminário Internacional "Cannabis Medicinal, um Olhar para o Futuro".

Segundo eles, a demanda crescente é influenciada pelos avanços científicos, pela cobertura da mídia e pela possibilidade de liberação do cultivo para fins medicinais, tema de uma consulta pública aberta pela **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**). "Não há dúvidas de que a demanda continuará crescendo cada vez mais. Precisamos estar preparados para atendê-la", disse o neurologista Eduardo Favaret, diretor do Centro de Epilepsia do Instituto Estadual do Cérebro Paulo Niemeyer, unidade vinculada ao governo do Rio de Janeiro.

Essa conclusão é compartilhada pelo ortopedista Ricardo Ferreira, especialista no tratamento clínico e cirúrgico de dores crônicas e patologias da coluna vertebral. "Pacientes têm buscado a melhora de sua qualidade de vida e procuram médicos que possam prescrever. Tenho recebido cada vez mais pacientes que já chegam com histórico de dores refratárias à métodos tradicionais, que foram tratados por outros médicos sem sucesso", disse.

Ricardo disse que passou a se interessar pelo uso me-

abpi.empauta.com

dicinal da maconha quando estava buscando alternativas para casos em que os remédios disponíveis no mercado se mostravam ineficazes. "Fui vendo que haviam evidências cada vez mais fortes do potencial do uso da cannabis para tratamento das dores crônicas. Em países como a Holanda e o Canadá e em alguns estados do Estados Unidos, já haviam estudos com conclusões nessa direção".

Desde 2015, a **Anvisa** autoriza a prescrição médica da cannabis. A dificuldade fica por conta da obtenção do produto. Com a comercialização proibida no Brasil, os medicamentos precisam ser importados. De posse da receita médica, o paciente precisa assinar um termo de responsabilidade e aguardar a autorização da **Anvisa**. A importação por empresas, para distribuição no Brasil, é vetada. A autorização é concedida de forma individual para cada paciente.

A exceção é o Mevatyl, também conhecido como Sativex, que foi aprovado pela **Anvisa** e chegou nas farmácias do país no ano passado. Ele tem sido indicado, por exemplo, para alguns pacientes com esclerose múltipla, doença na qual ocorre a inflamação e destruição da mielina, camada protetora das células nervosas.

Segundo a Fioruz, existem hoje no Brasil mais de 8 mil pacientes autorizados a importar remédio à base de cannabis para diversos tipos de doenças. Desde o aval da **Anvisa**, em 2015, o ortopedista calcula ter prescrito esses medicamentos para mais de 300 pessoas. "Uns 150 seguiram os procedimentos para obter autorização de importação e conseguiram efetivamente o produto. E desses, metade conseguiu alívio significativo da dor e continua utilizando. Hoje faço cerca de 120 consultas semanais. Em 10 delas, em média, eu indico a cannabis. Continuo fazendo cirurgias, continuo prescrevendo remédios tradicionais. A cannabis entra como mais um arsenal terapêutico, sobretudo para os casos que não res-

Continuação: Pacientes estão demandando uso medicinal da cannabis, dizem médicos

pondem às terapias tradicionais", disse.

Substâncias

O Seminário Internacional "Cannabis Medicinal, um Olhar para o Futuro", que ocorre até amanhã (30), no Instituto Europeu de Design (IED), é fruto de uma parceria entre a Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi) e a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), instituição científica vinculada ao Ministério da Saúde. A iniciativa também conta com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Além dos médicos e pesquisadores brasileiros, estão reunidos no evento especialistas do Chile, da Espanha, da Argentina, da Colômbia, do Peru e do Panamá. Eles discutem as evidências dos benefícios para pacientes com câncer, epilepsia, dores crônicas, alzheimer, esclerose múltipla, entre outros. Substâncias como o canabidiol e o tetraidrocanabinol (THC) já possuem reconhecidos efeitos ansiolíticos, antidepressivos e anti-inflamatórios.

"Essas são as duas substâncias mais estudadas clinicamente. Mas há outras. Há um arsenal terapêutico de canabinoides e terpenos. E isso varia de planta para planta. Tem cannabis que é rica em canabidiol, outras em THC. A genética da planta interfere no tipo de óleo que ela vai oferecer. Aqui no Brasil, as que se cultivam são geralmente mais ricas em THC. O THC tem várias aplicações terapêuticas. Mas tem que ter um controle da dosagem, acompanhamento, observar a questão de idade", alertou Feveret.

Ele destaca avanços na neurologia e na oncologia. "Já há pesquisas clínicas em fase 2 revelando uma melhora muito grande para pacientes com glioblastoma multiforme, o tipo mais grave do câncer cerebral. A cannabis aumentou bastante a sobrevida média, melhorou a qualidade de vida", disse. O neurologista também cita investigações que apontaram melhores resultados de radioterapia quando o tratamento é associado ao uso da maconha.

As substâncias podem servir de base para pomadas, chás, óleos, manteigas. Fumar também tem efeitos terapêuticos, mas médicos afirmam que o efeito tem menor duração. A forma de uso deve ser definida na prescrição, considerando diversos fatores como o problema a ser tratado, a idade e a condição física do paciente

Cidadania

Pacientes e familiares de pacientes com os mais variados diagnósticos também participam do seminário. "Eles são muito ativos nos eventos científicos, formam associações, acolhem outros pacientes e seus familiares. É um processo em que há muita cidadania envolvida e muita consciência, disse Feveret.

Vendo desde 2013 a cannabis melhorar a qualidade de vida de sua filha com epilepsia, a advogada Margarete Brito é uma das principais mobilizadoras da sociedade civil do Rio de Janeiro em torno do assunto. Coordenadora da Apepi, que organiza o seminário junto com a Fiocruz, ela já ganhou prêmios internacionais e teve sua história relatada no Documentário "Ilegal - A vida não espera".

"Hoje a possibilidade que tem para os pacientes é basicamente os importados, que acabam tendo alto custo. Um paciente gasta, no mínimo, R\$ 1,5 mil por mês. Para conseguir fazer essa importação do remédio, além de ser caro, é muito demorado e burocrático. Mesmo seguindo todo o procedimento, às vezes ainda fica parado na alfândega. Enfim, é muito complicado. Esse é o motivo de estarmos nessa luta", explicou.

Ela acredita que a realidade possa melhorar com uma regulamentação do cultivo para fins medicinais. Alguns pacientes conseguem aval da Justiça para plantar individualmente. Em 2017, a Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança (Abrace), entidade sediada em João Pessoa, obteve judicialmente o direito de produzir óleos a partir da ma-

Continuação: Pacientes estão demandando uso medicinal da cannabis, dizem médicos

conha para tratamento de pacientes associados. É a única entidade no país hoje com autorização para o cultivo coletivo. Há duas semanas, a Apepi moveu uma ação com a expectativa de obter o mesmo direito da Abrace.

Ao mesmo tempo, uma consulta pública da [Anvisa](#) sobre o tema está aberta até o dia 19 de agosto e qualquer cidadão ou instituição pode opinar. "Esperamos que essa regulamentação atenda a real demanda dos pacientes. Que não fique apenas na produção empresarial, mas também dê acesso ao cultivo coletivo

para que associações possam produzir a planta e seus extratos dentro de critérios de boas práticas tanto agrícolas, como farmacológicas", disse o ortopedista Ricardo Ferreira.

Comentar no

Assine! Confira todos os descontos em assinaturas

Projeto que isenta hotéis do pagamento de direitos autorais está na pauta da CCT

GERAL

Projeto que isenta hotéis do pagamento de **direitos** autorais está na pauta da CCT

A LGT determina que há dois tipos de ambientes nos meios de hospedagem: os espaços de frequência individual e os de frequência pública

30/06/2019 - 00:00:00.

Projeto que dispensa os hotéis, motéis e pousadas do pagamento de **direitos** autorais por execução de músicas nos quartos está na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nesta quarta-feira (3). O senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) é o autor da proposta.

A matéria tem voto favorável do relator, senador Flávio Arns (Rede-PR), que apresentou substitutivo para acrescentar ao texto da Lei de **Direitos** Autorais (Lei 9.610, de 1998) a classificação dos meios de hospedagem que constam da Lei Geral do Turismo (LGT - Lei nº 11.771, de 2008).

A LGT determina que há dois tipos de ambientes nos meios de hospedagem: os espaços de frequência individual (os de uso exclusivo do hóspede) e os de frequência pública (os de uso geral, incluindo hóspedes e não hóspedes). Por essa razão, é necessário incluir

mais uma hipótese entre os casos em que a reprodução de obras musicais, lítero-musicais, fonogramas e obras audiovisuais não representa ofensa ao direito autoral.

Artistas. No começo de junho, Davi recebeu na residência oficial da presidência a visita de artistas. Eles defenderam a manutenção da cobrança da taxa do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), contrariamente ao que prevê também outro projeto com o mesmo teor, o PL 1.829/2019, relatado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que já requereu a tramitação conjunta das matérias.

Na oportunidade, Davi pediu a Randolfe para abrir diálogo entre os empresários do setor hoteleiro e a classe artística para viabilizar a votação da matéria.

Outros itens. Na pauta da CCT, com 12 itens, ainda constam outros projetos e a deliberação sobre outorga de autorização para executar serviço de rádios comunitárias em municípios de Minas Gerais, Goiás, Ceará e Sergipe.

A reunião deliberativa começa logo após a reunião extraordinária para apreciação das emendas à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 5/2019), marcada para as 10h, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | Anvisa
3

Direitos Autorais
6